

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLVIII • Nº 484 • Brasília-DF • Abril 2026

Licenças estaduais permitem megaprojeto de mineração da Potássio do Brasil que ignora terra indígena; desmatamento já avança sobre território Mura; lideranças e MPF contestam

Páginas 12 e 13

Intercâmbio de mulheres indígenas fortalece a voz coletiva na luta por dignidade

Páginas 6 e 7

Anistia: 43 anos depois, o Estado que calou Marçal de Souza Tupã'i agora pede desculpas

Página 16

Povos indígenas confrontam Congresso: "Os territórios indígenas não estão à venda"

Mais de 7 mil indígenas no Acampamento Terra Livre 2026 vão às ruas contra propostas legislativas que ameaçam abrir os territórios indígenas a grandes empreendimentos e cobram respostas dos Três Poderes

Páginas 8, 9, 10 e 11

54 anos de Cimi e a guerra que nunca terminou

Foi no auge da Ditadura Militar, em 1972, que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) nasceu. Naquele Brasil, em que o silêncio era política de Estado e o extermínio dos povos indígenas se dava em nome do desenvolvimento, um grupo de missionárias e missionários decidiu dar um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos, rompendo com a estrutura paternalista e a postura assimilacionista e assumindo uma presença baseada na escuta e no compromisso com a autonomia dos povos.

Cinco décadas depois, o Cimi completa 54 anos em meio a uma guerra onde a lógica ainda é de luta pela terra e pela vida, com as demarcações a conta-gotas, a violência crescente nos territórios e com o aparato jurídico e legislativo, que deveria proteger os povos originários, sistematicamente desmontado – não por descuido, mas por projeto.

Dom Erwin Kräutler, que presidiu o organismo por 17 anos, afirma que o Cimi representou um ponto de inflexão na relação tutelar com os povos indígenas – a passagem de uma postura de controle para outra baseada na solidariedade, tendo em vista que o peso histórico da tutela, herdada do Estado brasileiro, recaiu sobre gerações e gerações de povos que tiveram sua autonomia sequestrada em nome da “civilização”.

Essa mudança de postura teve consequências concretas, pontua Dom Erwin: na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, o Cimi e os povos indígenas travaram uma batalha decisiva pelos corredores do Congresso. O resultado foi o artigo 231 da Constituição Federal – o reconhecimento, pela primeira vez na história do país, dos direitos originários dos povos sobre suas terras. Uma vitória histórica que, hoje, é um alvo permanente.

O secretário executivo do Cimi, Luis Ventura, nomeia essa caçada aos direitos indígenas com precisão: foi “desidratação” deliberada. A aprovação do PL 490, que se tornou a Lei 14.701, representou um retrocesso concreto – a tese do marco temporal, que condicionava a demarcação à ocupação indígena em 1988, foi declarada inconstitucional pelo STF em dezembro de 2025. Mas a vitória veio pela metade, aponta Ventura: dispositivos gravosos da mesma lei seguem em vigor, entre eles a exigência de indenização aos invasores por “terra nua” e o direito de retenção desses mesmos invasores sobre territórios que nunca lhes pertenceram.

“Quando um direito é condicionado, ele deixa de ser um direito”, afirma o secretário Executivo do Cimi. E a morosidade histórica do Estado brasileiro nas demarcações – usada cinicamente como argumento para liberar licenças a mineradoras e liberar o caminho para outras formas de violência territorial – segue sendo um instrumento político, pontua Ventura.

Nos últimos anos, esse cenário se agravou: mais violência, mais criminalização das lutas, mais atores envolvidos – e uma participação crescente de forças do próprio Estado, somada a políticas contrárias à proteção dos direitos territoriais, aponta o secretário executivo do Cimi. “É uma luta de insurgência. É a luta que litiga com o capital aquilo que é mais caro ao capital: os territórios”, pontua Ventura. O conflito não é novo. É o mesmo desde 1500, com novas roupagens jurídicas e novos operadores econômicos.

O cardeal Leonardo Steiner, arcebispo de Manaus e presidente do Cimi, lembra que esse pensamento de mercado nos conduz a um colapso ambiental, enquanto a ética dos povos indígenas oferece saídas coletivas que o modelo dominante recusa ver. Não é romantismo. É a constatação de que os povos que resistiram à colonização por séculos guardam formas de relação com o território que são, hoje, a única alternativa real à destruição do planeta. Mas para que essa perspectiva tenha futuro, é preciso primeiro que os povos que a carregam sejam ouvidos – e que existam, aponta Steiner. “É necessário que a justiça esteja ao lado dos primeiros moradores destas terras. Povos que, através dos séculos, foram massacrados e eliminados justamente por reivindicarem seus espaços”.

Dom Roque Paloschi, que esteve à frente do Cimi entre 2015 e 2022, recupera a memória de Sepé Tiaraju como grito que permanece vivo: “Esta terra tem dono”. E os primeiros donos, insiste, precisam ser respeitados na sua integralidade – não como concessão, não como política compensatória, mas como obrigação de justiça histórica.

Para o Cimi, são 54 anos de presença ao lado dos povos indígenas em uma luta que nunca foi apenas pastoral, mas profundamente política: a defesa dos territórios, da vida e da autonomia dos povos. Mais de cinco décadas de missionárias e missionários que escolheram estar do lado mais difícil – e que, por isso, enfrentaram e enfrentam acusações, perseguições e injustiças. Pois a trajetória do Cimi é inseparável da trajetória dos povos que acompanhou, e é também, em larga medida, a história dos avanços e retrocessos dos direitos indígenas no Brasil.

O que segue em disputa é a permanência de uma lógica colonial que, ao longo dos séculos, apenas mudou de linguagem. Se antes os povos indígenas precisavam ser “civilizados”, hoje seus territórios precisam ser “integrados”, “desenvolvidos” e explorados em nome do mercado e do progresso. O alvo, porém, continua o mesmo: a autonomia dos povos indígenas sobre suas terras e seus modos de existência. Ignorar essa autonomia não é apenas um erro político: é colonialismo. E é o colonialismo que mantém de pé a guerra que nunca termina. É contra ele que, há 54 anos, o Cimi continua respondendo com presença.

Porantim nas

Arma química no território

A pulverização por drones e tratores atinge casas, posto de saúde, açude, rio e áreas de criação na Terra Indígena Tingui Botó (AL). Ao menos 30 indígenas passaram mal e 35 colmeias foram destruídas. As denúncias vêm sendo feitas há meses ao Ministério da Saúde (MS), Ministério Público Federal (MPF) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas (Crea-AL), sem retorno efetivo. Cercado por propriedades privadas, o povo relata exposição constante aos venenos. A contaminação compromete agricultura, criação de animais e apicultura, base da economia local. Com cerca de 200 famílias, os Tingui Botó ocupam 535 hectares entre Feira Grande e Campo Grande, em área reconhecida pela Funai desde os anos 1980. “Os fazendeiros passam na divisa e zombam da gente”, afirma uma liderança. Segundo relatório do Cimi, 22 Terras Indígenas registraram danos por agrotóxicos em 2024. O Brasil lidera o uso desses produtos por hectare no mundo, sendo cerca de 20% classificados como extremamente tóxicos. Em áreas de conflito, são usados como arma química contra povos indígenas.

Manipulações insuflam conflito

Audiência pública realizada em 25 de março na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), convocada pelo deputado Branco Mendes (Republicanos), foi marcada pela divulgação de informações falsas e declarações contrárias à Constituição sobre a demarcação do território do povo Tabajara. A área em demarcação foi apresentada de forma inflada, sugerindo impacto sobre municípios e bairros inteiros. O Ministério Público Federal (MPF) alertou para a circulação de mapas falsos. Também esclareceu que, em casos de sobreposição, há consenso dos Tabajara pela permanência de famílias assentadas. Participantes seguiram negando a existência do povo Tabajara e alegando que identidades indígenas estariam sendo “criadas artificialmente”. A afirmação contraria estudos antropológicos reconhecidos pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), pelo Estado brasileiro e pelo Judiciário. As falas foram refutadas pelo procurador da República José Godoy, que destacou o histórico de violência associado aos discursos. Para o Cimi Regional Nordeste, a disseminação de informações falsas acirra conflitos e invisibiliza povos indígenas do Nordeste.

Despejo de esgoto em território

Na Tekoa Pindó Poty, do povo Mbya Guarani, em Porto Alegre (RS), segue o despejo irregular de esgoto por parte de um empreendimento privado, causando alagamentos, degradação ambiental e inviabilizando cultivo e coleta de alimentos. Apesar de ação judicial em andamento, não houve avanço nas medidas discutidas em audiência de conciliação envolvendo o município e o empreendimento. O local segue com lançamento contínuo de efluentes com odor fétido e sinais de contaminação fecal, provenientes de canalização que atravessa a via pública e deságua na área da comunidade. Reconhecida pela Funai como área de ocupação tradicional, a terra é destinada ao usufruto exclusivo da comunidade. A situação é denunciada há quase uma década. Mesmo após a judicialização, o despejo persiste e se agrava. Para as organizações, o caso evidencia falhas na proteção de direitos fundamentais e a necessidade de medidas urgentes do poder público.



Território e Moradia – Onde moram os teus irmãos?

Confira o material especial da Semana dos Povos Indígenas 2026, cujo tema é “Território e Moradia: Onde moram os teus irmãos?”

Seguindo o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, “Fraternidade e Moradia”, e o lema, “Ele veio morar entre nós”, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) propôs, na Quaresma deste ano, algumas perguntas incômodas que, para além das análises políticas, exigem vigilância e respostas pastorais. Antes de tudo, apropriamo-nos da pergunta “Onde mora teus irmãos?” e a transformamos para “Onde moram nossos irmãos?”.

Afinal, os povos indígenas são nossos irmãos? Como e onde moram esses irmãos? Será que nós, batizados ou não, cidadãos brasileiros ou apenas amigos e visitantes deste país, temos alguma responsabilidade sobre a moradia e a territorialidade daqueles que foram os primeiros habitantes do território brasileiro? A responsabilidade é a liberdade e o dever dos adultos. Fraternidade é responsabilidade solidária.

O território próprio e legalmente reconhecido de cada povo indígena é o pressuposto de sua memória histórica, de suas práticas culturais e de seu futuro como povo. Por essa razão, a Semana dos Povos Indígenas tem, entre seus objetivos, o de chamar a atenção para a territorialidade indígena, condição essencial para sua vida. Paralelamente, queremos reafirmar nossa responsabilidade e nossa fraternidade solidária com as comunidades indígenas. Viver concretamente essa responsabilidade não é tarefa fácil.

A frase de Tom Jobim, “o Brasil não é para principiantes”, aplica-se também à complexidade da causa indígena, de suas culturas e configurações históricas, bem como às diversas formas pelas quais hoje vivem sua territorialidade: sejam aldeados, com ou sem territórios demarcados; povos em contexto urbano; ou povos isolados, “livres”, praticamente sem contato com a sociedade envolvente.

Quase metade dos povos indígenas vive hoje em contextos urbanos, nas periferias das cidades, em zonas marginais ou bairros precariamente urbanizados. A cidade alcançou esses povos, assim como muitos indígenas migraram para os centros urbanos em busca de vida digna; impelidos pela ausência de assistência



Capa da Semana dos Povos Indígenas de 2026, cujo lema é “Território e Moradia: Onde moram os teus irmãos?”

dos poderes públicos nas aldeias ou expulsos de seus lugares tradicionais por conflitos territoriais. Além de terem seus direitos cotidianamente negados, enfrentam preconceito, racismo institucional, invisibilidade e dificuldades de acesso a políticas públicas, residindo, com frequência, em áreas de risco.

Segundo o censo do IBGE de 2022, a população indígena nos centros urbanos aumentou. Diversos grupos organizam-se em movimentos na luta por

moradia, saúde, educação e para combater a invisibilidade, reafirmando que o espaço urbano também é lugar de presença indígena.

Os povos em retomada protagonizam atos de resistência ao reocupar áreas tradicionais que lhes foram tomadas. Vítimas de esbulho possessório, ocupam territórios ancestrais como resposta à morosidade do Estado brasileiro no reconhecimento e na demarcação de suas terras.

Nos territórios já demarcados, a conquista fundiária não significa o fim dos problemas. No cotidiano, os povos vivenciam a vida comunitária em sua complexidade e desafios, buscam a reciprocidade como prática, o respeito, a troca de serviços e a partilha de alimentos. Dinâmicas atravessadas pelas referências individualistas e acumuladoras da sociedade envolvente, mas que expressam a insistência na lógica de que o que se tem hoje pode ser partilhado com o próximo, e assim sucessivamente. Enfrentam, porém, a falta de fiscalização dos territórios e a necessidade permanente de garantia de políticas sociais específicas e diferenciadas.

Além disso, de acordo com dados do Cimi de 2025, há cerca de 119 povos isolados no Brasil. O Cimi utiliza a expressão “Povos Livres” para enfatizar a autodeterminação, a autonomia e a escolha desses grupos por não estabelecerem contato, mantendo-se distantes do mundo não indígena. Muitos desses povos vivem em terras não demarcadas, mas todos se encontram em áreas de conflitos territoriais.

Não dispomos de saberes especiais nem de soluções privilegiadas para intervir nessa lógica destrutiva do não reconhecimento, da acumulação e da aceleração. Temos, no entanto, razões para lutar pela redistribuição dos bens e pelo reconhecimento do Outro; razões que emergem da responsabilidade fundamentada na coerência e na relevância de nossa fé, a qual nos ensina que toda estrutura humana pode ser transformada pela solidariedade e pela organização coletiva. Nossas lutas por justiça são humanas e inconclusivas; nossa fé e nossas esperanças não operam por magia.

É possível que os muros caiam: os muros dos quartéis, dos palácios de Justiça, dos templos e dos cemitérios. O que permanece é o CAMINHO, que nos convida a caminhar e a lutar no meio dos injustos, dos injustiçados e dos justos.



Acesse aqui o folder da Semana dos Povos Indígenas 2026

adm.porantim@cimi.org.br



(61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: R\$ 130

Ass. dois anos: R\$ 190

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

Assinatura de apoio: R\$ 170

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país



Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul Brasília-DF – CEP: 70.393-902

Sempre que o Estado demora, mais alguém morre

“O genocídio de nosso povo tem como raiz a não demarcação”, disse a Aty Guasu em carta ao Ministério da Justiça; Lideranças Guarani e Kaiowá, em reuniões com diversos órgãos federais, exigiram celeridade na demarcação de suas terras e respeito ao rito estabelecido pela Constituição

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

“Nós morremos igual bicho. Não deixem nós morrer mais, pelo amor de Deus. Se vocês não resolverem isso para nós, quem vai resolver?”. O apelo de Ava Poty Rarui, liderança do Tekoha Laranjeira Yvyrapygue, resume o sentimento de desespero expresso na fala de outros homens e mulheres Guarani e Kaiowá em audiência realizada no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), onde estiveram presentes também representantes da Funai, da Advocacia Geral da União (AGU), da Polícia Federal e da Força Nacional.

A agenda integrou o conjunto de mobilizações realizadas entre os dias 3 e 17 de abril, período em que uma delegação com cerca de 30 indígenas Guarani e Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, esteve em Brasília para exigir a demarcação de seus territórios.

Durante a permanência na capital federal, o grupo cobrou da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) a conclusão de processos de identificação e delimitação iniciados há anos, e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) a emissão de portarias declaratórias de, ao menos, duas Terras Indígenas (TIs). Também reivindicaram à Funai a abertura de novos estudos de identificação em áreas que seguem sem qualquer providência administrativa voltada à demarcação.

Ao longo das duas semanas, lideranças da Aty Guasu – a grande assembleia do povo Guarani e Kaiowá – também participaram do Acampamento Terra Livre 2026 e cumpriram uma série de agendas institucionais, com audiências na Funai, no Ministério dos Povos Indígenas (MPI), na Advocacia-Geral da União (AGU) e no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

As lideranças denunciaram diversas situações de violência vividas dentro de seus territórios há décadas, inclusive pelas mãos de forças policiais estaduais e militares, evidenciando que a morosidade do Estado se conta em corpos.

“Vivemos sob violência física e psicológica, ameaças. Sofremos perseguição pela Justiça, pela Polícia Militar e pelo governo de Mato Grosso do Sul também”, expõe Paí Kuara, da TI Panambi – Lagoa Rica. Os assassinatos são a forma mais explícita de violência, mas ela também acontece através da restrição ao acesso a outros direitos básicos, como atendimento à saúde, educação e alimentação adequada. “Vivemos de forma precária e improvisada, sem políticas básicas, sem condições dignas, quase sem possibilidades de sobrevivência. Em nossas terras os vivos convivem cada vez mais com as cruzes dos mortos. Seguimos apenas pela graça de Nhanderu, pelas nossas rezas e pela nossa resistência”, desabafa.

Em carta, uma lista apresentada pela Aty Guasu inclui pelo menos 20 assassinatos desde 2007, além de ataques armados, dezenas de atropelamentos, desaparecimentos, despejos ilegais e prisões arbitrárias. O documento explicita a dimensão da crise territorial enfrentada pelo povo Guarani e Kaiowá e estabelece uma relação direta entre a omissão estatal e a violência sistemática nos territórios. No texto, as lideranças destacam que “hoje somos o segundo maior povo do país e enfrentamos a pior situação territorial”, apontando que ocupam “menos de 10% do que um dia foi o nosso Grande Território – Tekoha Guasu”.

A carta também denuncia a precariedade nas áreas já reconhecidas pelo próprio Estado. Segundo o documento, “nas terras já devidamente reconhecidas, onde deveríamos ter posse plena de cerca de 235 mil hectares, ocupamos de fato cerca de 50 mil hectares, onde sobrevivem mais de 60 mil pessoas”. Nesse contexto, afirmam que “70% do território



Em reuniões com diversos órgãos federais, lideranças exigiram respeito ao rito estabelecido pela Constituição

já reconhecido como Guarani e Kaiowá segue sob esbulho do agronegócio, enquanto nosso povo sofre”.

As lideranças atribuem a situação à omissão histórica do poder público e cobram responsabilização. “É preciso que o Estado brasileiro assuma, de uma vez por todas, a responsabilidade por este genocídio”, afirmam. O texto reforça que o drama vivido pelo povo Guarani e Kaiowá está intimamente ligado ao passivo do Estado brasileiro quanto à demarcação das terras indígenas. A carta aponta que, apesar de sucessivos alertas, não houve mudança de postura por parte do Estado. “Apesar de inúmeros relatórios e documentos oficiais, nacionais e internacionais, apontarem a não garantia dos territórios como raiz deste genocídio estrutural, o Estado brasileiro segue pactuado com o latifúndio e inerte diante de suas responsabilidades e atribuições”.

E a demora do Estado faz mais uma vítima

O vice-cacique Guarani e Kaiowá Givaldo Santos, pai de cinco filhos, foi assassinado com indícios de execução na noite de 1º de maio, na Reserva Taquaperi, entre os municípios de Coronel Sapucaia e Amambai, no Mato Grosso do Sul. A morte ocorre após uma sequência de ataques, violências e conflitos na região, em um contexto diretamente associado à demora na demarcação de terras indígenas.

Segundo relatos, dois homens armados o abordaram de moto enquanto ele aguardava o irmão retornar do trabalho, em uma localidade conhecida como Chapeuzinho, às margens da rodovia MS-289, que corta o território indígena.

Dias antes, entre 25 e 27 de abril, o povo Guarani e Kaiowá da Terra Indígena Iguatemipecuá II, na fronteira com o Paraguai, foi alvo de ataques sistemáticos após a retomada de uma área da Fazenda Limoeiro, sobreposta ao tekoha Tapykora Kora — território em processo de identificação e delimitação desde 2008.

Entre sábado (25) e domingo (26), os indígenas retomaram ainda a área localizada na região dos municípios de Amambai e Coronel Sapucaia, limítrofe à Reserva de Limão Verde. Homens fortemente armados, identificados como jagunços, atacaram a tiros a retomada na madrugada de domingo.

Em seguida, o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a Polícia Militar assumiram a ação. Sob disparos e uso de bombas, os indígenas foram empurrados de volta à aldeia Limão Verde, que também passou a ser alvo de ataques.

No dia 27 de abril, novas investidas com tiros e bombas foram registradas na Reserva, consolidando uma operação policial na região. Ao menos seis indígenas foram presos, entre eles quatro mulheres e uma adolescente de 14 anos, na tentativa de criminalização dos indígenas.

A escalada de violência ocorre na mesma região onde um motorista alcoolizado — apontado pelos indígenas como protegido por políticos locais — provocou um acidente na rodovia MS-289, que corta a Reserva Taquaperi, matando dois indígenas e deixando dois adolescentes hospitalizados.

Para os Guarani e Kaiowá, o assassinato do vice-cacique, os ataques às retomadas e o acidente na rodovia fazem parte de um mesmo contexto de violência. Conforme a Aty Guasu, Givaldo Santos vinha denunciando o atropelamento e cobrando investigação da Polícia Federal.

Diante da situação, a Aty Guasu protocolou carta ao Ministério Público Federal (MPF), ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), solicitando proteção física às lideranças, investigação pela Polícia Federal, responsabilização dos envolvidos e a demarcação imediata da Terra Indígena Iguatemipecuá II.

“Nos matam feito animais, não respeitam a nossa vida. Será que temos de aceitar calados?”, questiona um indígena da região.



Retomada na TI Iguatemipecuá II é atacada por jagunços e DOF

Foto: Clara Comandoli/Cimi

Foto: Reprodução/Video Aty Guasu

Lideranças Pataxó e Tupinambá denunciam perseguição e violações de direitos humanos ao Alto Comissariado da ONU

Delegação presente em Brasília denunciou aumento da violência e criminalização do povo Pataxó, que luta há anos pela demarcação de suas terras no extremo sul da Bahia

Por **Clara Comandolli** e **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

No dia 24 de março, uma delegação com 81 indígenas dos povos Pataxó e Tupinambá esteve em Brasília, em audiência com representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), para denunciar situações de violência e perseguição sofridas pela população das Terras Indígenas (TIs) Comexatibá, Coroa Vermelha e Barra Velha do Monte Pascoal, situadas no extremo sul da Bahia. As principais denúncias, no contexto da luta do povo Pataxó pela demarcação de suas terras, apontam violência e perseguição por parte de milícias locais, além da criminalização de lideranças por forças policiais, por meio de medidas consideradas arbitrárias.

Três representantes do Escritório Regional para a América do Sul do ACNUDH conduziram a audiência: Angela Pires, assessora de direitos humanos; Rodrigo Deodato, consultor em direitos humanos; e Alcineide Piratapuya, bolsista sênior indígena. Kâhu Pataxó, presidente da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (Finpat), abriu a reunião lembrando de três assassinatos recentes que aconteceram no território, entre eles o de Gustavo Pataxó, menino de 14 anos assassinado com um tiro na cabeça por homens fortemente armados em 2022.

A liderança denunciou sobretudo a atuação de milícias locais, das quais se suspeita o envolvimento de fazendeiros, grileiros e militares, mas também foi taxativo ao relatar a desconfiança com as forças policiais estaduais e federais que vêm atuando na região. “Não são só os fazendeiros e os grileiros dali. A gente tem o poderio do Estado e a inteligência do Estado sendo utilizados para perseguir as lideranças e assim dar cabo das nossas vidas”, aponta Kâhu.

Policiais militares são investigados e chegaram a ser presos pelo envolvimento nos assassinatos de Gustavo e, também, de Nawir Brito de Jesus, de 17 anos, e Samuel Cristiano do Amor Divino, de 25, assassinados em janeiro de 2023. Assim como Gustavo, que vivia com sua família numa retomada na TI Comexatibá, Samuel e Nawir eram moradores de uma retomada na TI Barra Velha do Monte Pascoal. Mais recentemente, em março de 2025, Vitor Braz, Pataxó de 53 anos, foi assassinado na TI Barra Velha em contexto semelhante.

Em resposta à escalada de violência e conflitos de terra no extremo sul, foi montada uma Força Integrada que atua de forma intensa na região há mais de três anos e é composta pela Polícia Militar da Bahia (PMBA), Polícia Civil da Bahia (PCBA), Departamento de Polícia Técnica (DPT) e Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA). A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), programa de cooperação federativa coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), também vem atuando na região – de acordo com a assessoria de comunicação da Finpat, de forma mais contínua desde abril de 2025.

Segundo Kâhu, a atuação dessas forças não tem sido muito efetiva: “demora até duas horas para chegar ao local da denúncia”. Há um mês, o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), o Conselho de Caciques do Território Barra Velha do Monte Pascoal e o Conselho de Liderança e Caciques do Território Comexatibá divulgaram uma nota em que denunciam detenções arbitrárias e a desumanização recorrente no tratamento dado ao povo Pataxó pelas forças de segurança pública.

A desconfiança é reforçada pela falta de efetividade das ações do Estado mesmo depois de recorrentes denúncias feitas pelos indígenas junto ao judiciário e também a órgãos como o Ministério Público Federal (MPF) e a Secretaria e Ministério de Direitos Humanos. Além disso, há um receio com relação aos motivos que levaram à exoneração do ex-Coordenador Regional do Sul da Bahia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) Gerdion Santos do Nascimento, o cacique Aruã, atualmente em prisão domiciliar.

Kâhu relatou que Aruã estava elaborando um dossiê no qual identificava participantes nos ataques às comunidades indígenas e as organizações que utilizam para financiar esses crimes, além dos financiadores políticos da região, distinguindo, inclusive,



Foto: Clara Comandolli/Cimi

fornecedores de armamento. Ainda segundo a liderança, o pedido de exoneração de Aruã e a sua prisão vieram pouco tempo depois da entrega do dossiê à Funai, ao Ministério dos Povos Indígenas e ao Ministério da Justiça.

Em nota, a Finpat afirmou que a prisão reforça “o cenário de perseguição política e institucional” contra lideranças indígenas na Bahia e foi “marcada pela ausência de informações claras”. A forma como a ação foi conduzida, para a Finpat, “levanta sérias dúvidas sobre sua legalidade e motivação”.

Criminalização de lideranças, impunidade de assassinos

Desde 2022, os Pataxó realizam o que denominam como autodemarcação das TIs Barra Velha do Monte Pascoal – delimitada pela Funai em 2008 e sem avanços administrativos desde então – e Comexatibá, que foi delimitada em 2015 e teve sua portaria declaratória emitida pelo Ministério da Justiça em 2025, dez anos depois.

Os indígenas denunciam que a presença das forças policiais não foi suficiente para arrefecer os ataques contra as comunidades Pataxó, especialmente nas retomadas realizadas no processo de autodemarcação. Os responsáveis pelos assassinatos de indígenas na região também não foram punidos. No entanto, a perseguição e as prisões de lideranças do povo Pataxó aumentaram no último ano.

O cacique Aruã foi uma das muitas lideranças Pataxó detidas nos últimos meses. Em 2 de julho de 2025, durante ação da Força Nacional, o cacique Suruí Pataxó, líder da aldeia Barra Velha, foi preso em flagrante por porte de armas e acusado de integrar organização criminosa.

Em setembro, a 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Seguro concedeu liberdade ao cacique, substituindo a prisão por medidas cautelares. A decisão reconheceu que, após investigações, não subsistiam “elementos concretos que vinculem o réu a organização criminosa”.

Na decisão, a Justiça atendeu a um pedido conjunto do MPF, da Defensoria Pública do Estado (DPE) da Bahia e da Funai. Os órgãos sustentaram que Suruí, devido à sua atuação na luta do povo Pataxó pela demarcação de suas terras, é alvo constante de ameaças de morte – razão pela qual foi incluído no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Bahia (PPDDH/BA).

Apesar de integrar o programa de proteção, “para ele nunca foi oferecida a proteção devida mesmo diante de denúncias não só em âmbito estadual, mas nacional e internacional. Por isso ele decidiu ter um porte de armas”, explicou à época Leticia Reis, então assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Apesar disso, no dia 17 de março, Suruí foi novamente preso preventivamente, sob a mesma acusação, e conduzido ao presídio de Teixeira de Freitas.

Neste período, outras duas importantes lideranças do povo Pataxó também foram presas: o cacique Joel Braz, liderança histórica do povo, que foi detido em 9 de dezembro de 2025 e também se encontra desde então no presídio estadual de Teixeira de Freitas, e o cacique Mandy Pataxó, liderança da TI Comexatibá.

Mandy foi preso no dia 24 de fevereiro junto a outros onze Pataxó em uma operação policial realizada em meio a conflitos na TI Comexatibá, durante os quais duas turistas que visitavam a região litorânea acabaram feridas.

O Mupoiba e os conselhos de caciques de Barra Velha e Comexatibá denunciaram que os indígenas – incluindo quatro menores de idade – foram mantidos sob “condições desumanas” enquanto aguardavam pelas oitivas na delegacia de Teixeira de Freitas, e que um adolescente Pataxó de 14 anos relatou ter sofrido tortura dos policiais que realizaram a operação.

“Há hoje, no extremo sul da Bahia, um cenário orquestrado para a disseminação de informações falsas que insuflam o ódio e o preconceito contra o povo Pataxó, e que tem como um de seus componentes a criminalização de lideranças do povo”, afirmaram as organizações.

Os Pataxó foram mantidos sob detenção na delegacia durante quatro dias, depois dos quais Mandy teve a prisão preventiva decretada e foi transferido para o presídio de Teixeira de Freitas. Os menores de idade permaneceram ainda mais dias na delegacia, aguardando pela realização da audiência de apresentação, equivalente à audiência de custódia para menores de idade.

Em 9 de março, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) determinou que Mandy fosse posto em prisão domiciliar, atendendo a habeas corpus impetrado pela Defensoria Pública da União (DPU) e seguindo a posição do MPF.

Na decisão, a desembargadora Solange Salgado da Silva caracterizou que os indícios de autoria ligados ao cacique Mandy como “incipientes” e a prisão preventiva como uma “medida desproporcional”. Apesar de determinar a libertação imediata do cacique, a ordem só foi cumprida três dias depois.

Pronunciamento do Cimi na 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Em Genebra, o integrante da equipe internacional do Cimi, Paulo Lugon, expôs a grave situação do povo Pataxó no extremo sul da Bahia

Senhor Presidente,
Um exemplo flagrante de racismo ambiental está acontecendo atualmente no Estado da Bahia, onde o povo Pataxó sofre violência severa por parte da polícia, do agronegócio e da indústria do turismo.

A comunidade de Comexatibá, no extremo sul da Bahia, está basicamente sendo punida por ter seu processo de demarcação, que arrastou décadas, avançado, mas não finalizado. Após a COP30, quando um Decreto Ministerial ordenou o processo de demarcação de suas terras, as tensões na região, que já estavam altas, aumentaram ainda mais.

A Sra. Lawlor esteve na região em 2024 e testemunhou a existência da milícia armada Invasão Zero, que trabalha



Foto: Reprodução/TV ONU

Paulo Lugon

para incutir medo nos defensores dos direitos à terra.

Em 25 de fevereiro, o Cacique Mady Pataxó e outros líderes indígenas foram emboscados pela Polícia e presos, incluindo o líder Uerique, de 14 anos, que foi submetido a tortura e confissão forçada.

Cacique Mady foi ilegalmente implicado com pesadas acusações criminais e agora está sob vigilância eletrônica

de tornozeleira. Uerique permanece em detenção para adolescentes, a 500 km de distância de seus pais e da comunidade indígena. A decepção na taxa de demarcação e o marco temporal são fatores que causam atrocidades como esta.



Fotos: Hellen Loures/Cimi

Intercâmbio de mulheres indígenas fortalece a voz coletiva na luta por dignidade

Encontro reuniu mulheres de diferentes territórios para impulsionar a organização, denunciar violências e afirmar a comunicação como instrumento de luta

Por **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Foi com o chamado “Vamos, guerreiras: seguir com a nossa luta, em defesa do Território Sagrado!” que mulheres indígenas do Mato Grosso, da Bahia e de Minas Gerais se reuniram, entre os dias 7 e 8 de abril de 2026, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), em um encontro de intercâmbio e fortalecimento, que reafirmou um espaço de organização, consciência e luta.

Neste território de partilha e construção coletiva, a comunicação foi assumida como instrumento de articulação. “As mulheres se apropriam da comunicação como ferramenta política, denunciando as violências estruturais que atravessam os territórios e evidenciando desigualdades historicamente silenciadas. É a força da voz coletiva que se levanta contra as opressões, fortalecendo resistências e reafirmando a defesa dos territórios, dos direitos, da justiça e da dignidade”, destacou a missionária Irmã Daiane Oliveira, do Cimi Regional Leste.

A programação reuniu momentos de mobilização, análise de conjuntura, formação em comunicação – com destaque para o debate sobre seu papel estratégico como instrumento de luta – e rodas de conversa sobre segurança digital, apontando caminhos de proteção diante das violências enfrentadas nos territórios.

Ao explicar a proposta do encontro, Marta Mamédio, do Cimi Regional Leste, ressaltou o sentido do intercâmbio como prática de fortalecimento coletivo. “Quando a gente troca, a gente também se fortalece”, afirmou. Segundo ela, os debates foram orientados por três eixos: direitos humanos – incluindo o direito ao território e os direitos das mulheres –, justiça climática e comunicação, entendida como “um grande guarda-chuva” que articula a defesa da vida, dos territórios e a segurança dos povos indígenas.

A diversidade de realidades também foi apontada como elemento central do encontro. “Cada uma de nós vem de um território diferente, com realidades distintas. O Nordeste enfrenta uma situação, o Norte outra, o Centro-Oeste outra. Por isso, precisamos refletir sobre em que chão estamos pisando e o que tem acontecido em nossos territórios”, destacou Marta, ao enfatizar a importância da escuta e da partilha das experiências de cada mulher dentro de seus territórios.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Vozes que se levantam

Lucini, liderança Guarani e Kaiowá da retomada Laranjeira Nhandaru (MS), destacou o processo de conquistas diante do enfrentamento ao machismo dentro e fora dos territórios. “O lugar das mulheres é onde ela quiser. Antes, a gente não tinha voz. As mulheres ficavam dentro de casa e, quando a gente saiu, a gente conseguiu avançar e conseguiu enfrentar os homens. Passamos a ouvir a nossa resistência. Hoje, temos o direito de opinar. Somos mulheres. A mãe terra somos nós”, afirmou. Para ela, a resistência se constrói também na trajetória pessoal: “Quando meu pai estava vivo, eu dependia dele e não participava. Hoje penso: o que é ser mulher? Me levei à luta. Hoje eu estou resistindo”.

Essa compreensão se amplia na análise de Juvana Xakriabá, pesquisadora indígena, que situou a violência enfrentada pelas mulheres indígenas em uma dimensão histórica, estrutural e territorial. “Estamos pisando em chão ancestral, regado por sangue, dor e resistência. São mais de 526 anos de violência colonial contra os povos

indígenas e contra as mulheres indígenas”, afirmou.

Ela destacou que as políticas públicas e legislações existentes não dão conta das especificidades dos territórios indígenas por não considerarem as diferenças e as necessidades de cada povo, nem as questões de gênero dentro das comunidades. “Não respondem às nossas realidades. As políticas são pensadas para fora, não partem do nosso chão”, pontuou.

Nesse contexto, segundo Juvana, a ausência de políticas voltadas às mulheres indígenas aprofunda as violências de gênero, agravadas por estruturas patriarcais que também atravessam os territórios. “Muitas citaram o agronegócio, o avanço do capital, os pistoleiros, a violência também do próprio Estado. É a violência contra os povos indígenas que afeta todo o povo dentro dos nossos territórios, mas há violências que os homens não sofrem, que é a violência de gênero dentro das comunidades, que é a violência contra as mulheres indígenas. E a violência contra mulher não é cultura. Precisamos romper com o patriarcado dentro das nossas comunidades, que é uma herança colonial”.



Fotos: Hellen Loures/Cimi

A invisibilização dessas violências também foi apontada como um problema histórico pela pesquisadora. “As mulheres indígenas são silenciadas até nas pesquisas. Não existem dados reais sobre como sofremos essas violências”, afirmou Juvana, defendendo a produção de conhecimento a partir das próprias mulheres indígenas como estratégia de enfrentamento.

Ao aprofundar essa análise, ela citou estudos sobre a violência contra os povos indígenas durante a ditadura militar: “Quando fui estudar o Relatório Figueiredo, identifiquei que a violência contra os corpos femininos é invisibilizada. Todo esse contexto contra mulheres indígenas é naturalizado no Brasil, como se os povos indígenas, de maneira geral, fossem tratados como um só, sem distinção de gênero”.

Autonomia e fortalecimento coletivo

Diante desse cenário de violências múltiplas e estruturais, as falas também apontaram caminhos de resistência baseados na organização coletiva, na autonomia e na construção de redes de apoio.

A cacica Rosivânia Kiriri, da aldeia Barreiras (BA), destacou o fortalecimento das mulheres por meio de iniciativas que promovem autonomia econômica. “A gente aplica oficinas de cerâmica, miçangas e sementes para que as mulheres não fiquem na dependência dos maridos. Já estamos vendo resultados. É uma quebra da relação de poder”, afirmou.

Para ela, esse fortalecimento também passa pela união entre os povos: “Hoje, eu venho trabalhando não só dentro da minha comunidade, como também nas aldeias que a gente consegue alcançar. Cada um de nós é um povo diferente, mas quando damos as mãos, a sua luta é a minha luta”.

Essa mesma perspectiva foi reforçada por Luciana Ferreira, do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoíba). “Não podemos nos acovardar com essas situações que a gente vê. A gente tem que ajudar uma à outra, porque é assim que a gente consegue superar as crises, porque o nosso silêncio é quem mata as nossas parentes. A gente precisa dar as mãos, porque se a gente não segurar a mão uma da outra, a gente não vai conseguir pisar firme nesse chão que a gente caminha todos os dias”, alertou.

Luciana destacou ainda a importância dos intercâmbios como espaços de escuta e troca. “Aqui, todas têm a oportunidade de falar, de compartilhar suas dores. Porque é diferente de falar para quem não vive a realidade do território”, afirmou.

A necessidade de ampliar a articulação também foi ressaltada por Êmilly Sá Teles, que enfatizou a importância de conectar lutas em diferentes escalas. “Que a gente possa olhar para o nosso território, nos articular com as pessoas que estão no nosso território, mas também nos organizar enquanto Estado, enquanto região, enquanto bacia, enquanto bioma, enquanto Brasil, enquanto América Latina e, se possível, em

instâncias internacionais. Porque, às vezes, no nosso município, a gente não tem visibilidade, não tem força, mas, externo a isso, a gente consegue”, destacou, reforçando a importância de registrar e sistematizar as experiências como evidência das lutas.

Território em disputa

As falas também evidenciaram a pressão crescente sobre os territórios, especialmente com o avanço do agronegócio e da mineração.

O geógrafo e professor Maciel Viena apontou o conflito entre modelos de desenvolvimento. “O Estado tem agido mais para atender demandas internacionais do que para garantir o bem viver dos povos. O avanço da mineração e do agronegócio tem expulsado comunidades e destruído territórios”, afirmou.

No oeste da Bahia, segundo ele, a expansão da produção de grãos tem transformado uma região estratégica para a recarga do rio São Francisco em um polo de exploração intensiva. “De caixa d’água do São Francisco, viramos celeiro do agronegócio”, destacou.

Os impactos recaem de forma ainda mais intensa sobre as mulheres. “São elas que estão nas beiras dos rios, que garantem a sobrevivência das famílias, e são as mais afetadas quando essas águas desaparecem”, afirmou.

Essa realidade também se expressa na fala de Elizete Nunes Lopes, da aldeia Pyelito Kue (MS), que relatou a violência vivida em contexto de retomada. “As mulheres e crianças não podem sair. Já tivemos que nos esconder no mato. Eu mesma quase perdi meu bebê por causa de ataques de pistoleiros. Atiraram em mim, me agrediram, porque o homem de lá agride mesmo as mulheres. Algumas foram estupradas. Essa é a minha dor”, contou.

Entre a violência e a resistência, Elizete reafirma o direito de viver no território: “Nós queremos plantar, fazer artesanato, ter liberdade. Mas viver lá é muito difícil”.

Saúde, território e futuro

A dimensão da violência também aparece na saúde física e mental dos povos, como destacou a missionária Silvia Maria Valentim Pinheiro. “Estamos vivendo 24 horas com diferentes formas de violência: nos territórios, nas famílias, na natureza. Tudo isso impacta diretamente a vida dos povos”, afirmou.

Ela chamou atenção para o aumento de doenças e do suicídio entre jovens. “Muitos não veem perspectivas. É uma preocupação muito grande”, disse. A redução territorial e a contaminação ambiental foram apontadas como fatores agravantes: “O território do povo Boe Bororo foi drasticamente reduzido, e o avanço do agronegócio contamina rios e afeta a saúde das comunidades”.

Diante desse cenário, a professora e liderança Guarani-Kaiowá Renata Castelhão destacou a importância do cuidado coletivo e do fortalecimento das mulheres. “Nós podemos estar em qualquer espaço. A nossa luta também é trabalhar a autoestima das mulheres, para que saibam que não estão sozinhas. Mesmo sendo mulheres de vários lugares, de várias etnias, com cultura diferente, há um núcleo comum, que é o nosso território, a nossa demarcação de terra, vida e saúde para nós”, afirmou.

Ela compartilhou sua própria trajetória como exemplo de superação. “Eu tive depressão e o artesanato me ajudou a sair disso. Quando você vê algo que produziu, percebe que é capaz. Isso muda a forma de pensar”, disse.

Para Renata, o fortalecimento das mulheres está diretamente ligado ao futuro dos povos. “Precisamos ensinar as novas gerações. A liderança está em nós e depende de cada uma de nós”, afirmou.

Entre denúncias, partilhas e caminhos de resistência, as mulheres indígenas reafirmaram que não estão mais dispostas a silenciar diante das violências que atravessam seus corpos e territórios. Ao contrário, seguem se organizando, ocupando espaços e fortalecendo umas às outras – porque, como ecoou ao longo do encontro, é na força da coletividade que a luta ganha continuidade e sentido.



Foto: Hellen Loures/Cimi



Foto: Hellen Loures/Cimi



Foto: Hellen Loures/Cimi



Foto: Hellen Loures/Cimi



Foto: Hellen Loures/Cimi



Foto: Tiago Miotto/Cimi



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Da partilha à luta: mulheres indígenas se somam à resistência dos povos no ATL 2026

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

As mulheres indígenas participantes do intercâmbio realizado nos dias 7 e 8 de abril, em Luziânia (GO), também integraram as mobilizações do Acampamento Terra Livre 2026, realizado entre os dias 5 e 11 de abril, em Brasília (DF), reunindo cerca de 7 mil indígenas de mais de 200 povos de todo o país.

No dia 7 de abril, antes do encontro, as mulheres estiveram presentes na marcha “Congresso inimigo dos povos: nosso futuro não está à venda”, que denunciou a atuação do Legislativo nacional contra os direitos indígenas e sua articulação com interesses do agronegócio e da mineração, que ameaçam os territórios em diversas regiões do país. Após o intercâmbio, as participantes retornaram ao Acampamento, dando continuidade à mobilização.

A presença das mulheres nos diferentes espaços — da formação à mobilização — evidencia que a luta se constrói de forma articulada, entre territórios, corpos e incidência política.

“Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós”

Considerado um período de mobilização nacional, resistência e visibilidade para os povos indígenas, o Abril Indígena teve início com a realização do Acampamento Terra Livre. Organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - Apib, o ATL 2026 teve como tema “Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós” e ocorreu em um contexto de pressão pela demarcação das terras indígenas, diante da lentidão do governo federal e do avanço de propostas legislativas e interesses econômicos que ameaçam direitos constitucionais.

Em coletiva de imprensa realizada no primeiro dia de acampamento, em 6 de abril, Kleber Kari-puna destacou: “Estamos dialogando há um ano com o governo. Precisamos de um balanço do que avançou e do que não avançou”. A liderança da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira lembrou ainda que a Apib apresentará ao governo um caderno de respostas às demandas do movimento indígena.

Durante o ATL de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou não querer “deixar nenhuma terra indígena que não seja demarcada nesse meu mandato de 4 anos”. Contudo, em tom de descumprimento de promessa, a Apib recordou que, até março deste ano, cerca de 76 terras indígenas estavam prontas para homologação, aguardando apenas a assinatura presidencial, enquanto outras 34 dependem da emissão de portaria pelo Ministério da Justiça.

Ainda no dia 6 de abril, lideranças de todas as regiões do país debateram a violência vivida durante a ditadura militar na plenária “Memória, Verdade e Justiça para os Povos Indígenas”. A mesa foi organizada pelo Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas, com o objetivo de ampliar o debate sobre justiça de transição e formular propostas como a criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade.

O ATL também contou com mesas de debate, trocas de saberes e atividades culturais. A programação incluiu ainda dois importantes momentos de mobilização e denúncia por meio das marchas que reuniram milhares de indígenas nas ruas da capital federal em defesa da demarcação dos territórios e contra os ataques promovidos pelos três Poderes.

Foto: Adi Spezia/Cimi

Foto: Guilherme Cavalli/Cimi



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Foto: Hellen Loures/Cimi

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Foto: Hellen Loures/Cimi



Foto: Hellen Loures/Cimi



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi



Em marcha, povos indígenas confrontam Congresso: os territórios indígenas não estão à venda

Segundo dia do Acampamento Terra Livre 2026 foi marcado por denúncias contra as propostas legislativas que ameaçam abrir os territórios indígenas para grandes empreendimentos

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Com cantos, cartazes e símbolos de luta e resistência, os milhares de indígenas reunidos em Brasília para a 22ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) marcharam no dia 7 de abril pelas ruas da capital federal rumo ao Congresso Nacional, em um ato em defesa de seus direitos e contra propostas legislativas que atacam diretamente seus territórios e modos de vida.

A marcha “Congresso inimigo dos povos: nosso futuro não está à venda” abriu a programação do segundo dia de ATL, e foi seguida por duas plenárias que pautaram a demarcação, o direito originário aos territórios e a atuação governamental na política indigenista.

A mobilização ocorre em meio ao avanço de propostas que buscam restringir direitos constitucionais e abrir as Terras Indígenas (TIs) à exploração econômica, além de flexibilizar suas garantias legais. Segundo levantamento da Apib, em 2026, ao menos seis propostas anti-indígenas têm sério risco de avançar no Congresso Nacional. Entre estas medidas em tramitação estão a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 48/2023, que pretende instituir a tese do marco temporal para a demarcação das terras indígenas por meio de Emenda Constitucional, e pretende vedar a correção da demarcação dos territórios e criar novos entraves para o processo demarcatório. Também os Projetos de Decreto Legislativo (PDLs) 717/2024, 1121/2025, 1126/2025 e 1153/2025, que buscam anular a demarcação das TIs Morro dos Cavalos (SC), Toldo Imbu (SC), Tupinambá de Olivença (BA), Comexatibá (BA) e Ibirama La-Klanô (SC), que estão sob análise da Presidência da Câmara.

O PDL 717/2024, que foi aprovado no Senado e enviado à Câmara, é ainda mais grave. Além de anular as demarcações das TIs Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, a proposição pretende sustar trechos do Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta o procedimento de demarcação de terras indígenas, impactando povos em todo país.

A demora na demarcação dos territórios indígenas tem sido apontada pelas lideranças como fator gerador de conflitos e da criminalização das lideranças:

“Que os territórios sejam demarcados, para que as mortes parem de acontecer, e que fazendeiros e latifundiários sejam criminalizados pelas mortes e pelas invasões dos nossos territórios. Isso tem ocorrido por ação desses latifundiários. Nossas terras estão sendo invadidas, negociadas, e nosso bioma está sendo destruído por quem não tem nenhuma responsabilidade nem respeito pela Mãe Terra”, cobrou Bruno Tupinambá, liderança indígena da Bahia.

As propostas anti-indígenas destacadas pela Apib também contemplam o Projeto de Lei (PL) nº 6050/2023, que propõe a abertura das TIs para exploração comercial, a exemplo do arrendamento, mineração e energia. O projeto encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.



Vilma Guarani, liderança do povo Avá-Guarani, durante a plenária “Esta terra tem dono: direito originário e territórios livres de exploração”



Milena Mura, coordenadora da Organização das Mulheres Indígenas Mura

O PL 6093/2023, chamado pelos indígenas de “PL do Agro”, também ataca os direitos territoriais indígenas. Além de propor a aplicação do marco temporal, já julgado inconstitucional pelo STF, a proposição altera o último ato do processo de demarcação de Decreto para Medida Provisória, ou seja, condiciona a finalização das demarcações à aprovação do Congresso Nacional.

O Senado Federal também deu passos na destruição dos direitos originários ao criar o Grupo de Trabalho (GT) de mineração em terras indígenas, presidido pela senadora ruralista Tereza Cristina (PP/MS). Criado após determinação do STF, o GT tem até o dia 30 de maio para apresentar uma proposta de regulamentar a exploração mineral em territórios indígenas.

O tema foi denunciado por Auricélia Arapiun, liderança da região Baixo Tapajós (PA), durante a marcha: “O Congresso tem insistido em liberar a mineração nos nossos territórios, e nós estamos levando caveiras e realizando esta manifestação pela garantia dos direitos dos povos indígenas. Também dizemos: fora Congresso Nacional, fora Belo Sun, fora Cargill, fora todos os empreendimentos que afetam nossas vidas”, listou.

Esta terra tem dono

As reivindicações e denúncias expressas na marcha foram reforçadas durante a plenária “Esta terra tem dono: direito originário e territórios livres de exploração”. Um dos pontos destacados na plenária foram os desdobramentos da aprovação da Lei 14.701/2023.

Promulgada pelo então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), durante o recesso parlamentar em dezembro de 2023, a lei passou a vigorar em sua integralidade, causando insegurança física e jurídica para todos os povos indígenas do Brasil e instaurando uma situação de conflito constitucional: a ação do Congresso inseriu no ordenamento legal brasileiro uma norma legislativa que é inconstitucional em seu conteúdo e em sua forma.

As ações que discutiam a constitucionalidade da Lei 14.701 foram julgadas pelo STF em dezembro de 2025. A decisão julgou passagens da norma inconstitucionais, mas estabeleceu um conjunto de dispositivos cuja aplicação ainda é incerta.

“Apesar de ter reafirmado o direito originário dos povos indígenas sobre os territórios que tradicionalmente habitam, declarando pela segunda vez a inconstitucionalidade do marco temporal, [a decisão do STF] criou inúmeros empecilhos para a demarcação dos territórios indígenas”, destacou o coordenador Jurídico da Apib, Ricardo Terena.

Durante a plenária, lideranças dos povos Guarani e Kaiowá, Mura, Tupiniquim, Karipuna e Tuxá relataram como empreendimentos hidrelétricos e de mineração já instalados ou em processo de instalação vem impactando a vida de seus povos de norte a sul do país.



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Acampamento Terra Livre 2026: marcha “Congresso inimigo dos povos”

Sem demarcações de terras indígenas, Acampamento Terra Livre 2026 cobra respostas dos Três Poderes

Com mais de 7 mil indígenas, reafirmou luta por direitos territoriais e encerrou com cartas destinadas aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

Por **Assessoria de Comunicação do Cimi**

Demarcação Já! A palavra de ordem marcou mais uma vez a maior mobilização indígena do país. A 22ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) reuniu mais de 7 mil indígenas de 200 povos, de todas as regiões e biomas do Brasil e cobrou, sobretudo, a demarcação de terras indígenas e a proteção dos territórios contra a exploração econômica predatória.

Durante cinco dias de mobilização, as delegações indígenas presentes no acampamento realizaram ações de incidência junto a diferentes órgãos do governo e com os demais poderes da República, além de agendas com embaixadas, ampliando as denúncias para o cenário internacional. Também foram realizadas duas marchas, que buscaram chamar a atenção de toda a sociedade civil para as lutas do movimento indígena.

As demandas apresentadas nessas agendas foram desde questões ligadas à educação escolar indígena, à saúde, à políticas voltadas para as mulheres indígenas, até a proteção dos direitos humanos e dos defensores de direitos humanos, já que um problema vivenciado em diversos territórios é a criminalização e a perseguição de lideranças indígenas.

Ainda assim, a demarcação e a proteção dos territórios contra invasores seguiram como as principais demandas do movimento. “No nosso acampamento houve um leque de debates, mas sempre emanando a mensagem da importância da demarcação das terras indígenas como uma política central para pensar em outras políticas públicas para dentro dos territórios”, aponta Dinamam Tuxá, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Os povos encontraram na capital federal, entretanto, um cenário adverso aos direitos constitucionais indígenas e às demandas territoriais, que permaneceram em grande parte sem avanços ao longo do último ATL ocorrido durante o governo Lula 3.

“Não existe futuro possível quando a terra vira mercadoria e nossos povos são tratados como obstáculo. Nossos territórios são a base da vida. É neles que estão nossas línguas e culturas, os nossos modos próprios de organização social e saberes”, lista a carta final do ATL 2026.

As lideranças denunciam o avanço de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração econômica, na mineração, na privatização de rios e territórios e o uso da crise climática para promover “falsas soluções”, como as chamadas economias verdes. Conforme o manifesto, esse modelo transforma a terra em mercadoria e trata os povos indígenas como obstáculos, colocando em risco tanto seus direitos quanto o futuro da humanidade.

“Defender os territórios é defender a humanidade e a biodiversidade. E não há transição justa nem política ambiental eficaz sem a garantia desses direitos”, destaca o coordenador da Apib.

Por fim, o manifesto convoca a sociedade brasileira e a comunidade internacional a se somarem à luta em defesa dos direitos indígenas, reafirmando o tema desta edição do acampamento: “Nosso futuro não está à venda. A resposta somos nós”.

Cartas aos poderes da República

Como resultado desta edição do ATL, a Apib, que é formada por sete articulações indígenas regionais, lançou também três cartas endereçadas diretamente a cada um dos três poderes da República.

As cartas endereçam a grave situação em que se encontram, hoje, os direitos territoriais indígenas, com a vigência da Lei 14.701/2023, conhecida como Lei do Marco Temporal, as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), a pressão para retirar direitos indígenas no Congresso Nacional e a morosidade do governo federal.



Acampamento Terra Livre 2026



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

Anúncios de medidas

Na manhã do último dia do Acampamento Terra Livre, no dia 10 de abril, uma comitiva governamental esteve no evento para o anúncio de medidas e a prestação de contas ao movimento indígena.

O momento foi marcado pela entrega de um Caderno de Respostas da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil à Apib pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com respostas do governo à demandas apresentadas pelo movimento indígena através da Apib no Acampamento Terra Livre de 2025.

A nova presidenta Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Lucia Alberta Baré, anunciou a delimitação da Terras Indígena (TI) Baixo Rio Negro e Rio Caurés (AM), ocupada

Foto: Guilherme Cavalli/Cimi



Acampamento Terra Livre 2026, marcha “Congresso inimigo dos povos”, em 07.04.2026

pelos povos indígenas Baré, Tukano, Baniwa, Macuxi, Tikuna, Arapaso e Pira-tapuia. A TI foi delimitada com 830 mil hectares.

Também foi anunciada a criação da Reserva Indígena Txi Juminã, no município de Oiapoque, no Amapá, ocupada pelos povos Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi Kali’na.

A Funai anunciou, ainda, a constituição de cinco novos Grupos de Trabalho (GTs) para estudos de identificação e delimitação das TIs Koiupanká, Karuazu, Geripankó e Katoquim, em Alagoas, e da TI Juminã, no Amapá.

O órgão também relatou que concluiu a resposta às contestações à TI Kapôt Nhinore (MT), liberando o processo administrativo para a avaliação do Ministério da Justiça quanto à emissão da portaria declaratória da Terra Indígena.

Os anúncios, no entanto, não contemplaram regiões que estão em constante conflito como o sul e extremo sul da Bahia, o Mato Grosso do Sul e o sul do país.

Também não houve avanços em etapas mais avançadas da demarcação, como a emissão de portarias declaratórias, atribuição do Ministério da Justiça, e a homologação de TIs, atribuição do presidente da República. Este foi o foco da segunda marcha do Acampamento, na qual um “canetão”, representando a demanda por assinatura de terras indígenas, foi erguido pelos povos indígenas na Esplanada dos Ministérios.

Atualmente, ao menos 74 TIs aguardam a homologação presidencial e 39 TIs aguardam a emissão da portaria pelo Ministério da Justiça. Segundo o mais recente relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, há ainda outras 555 reivindicações territoriais sem nenhuma providência para sua identificação e delimitação.

ATL Roraima reúne 800 indígenas sob clamor por justiça

Por **Lígia Apel**, Ascom Cimi Regional Norte 1

A 6ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) de Roraima, iniciado no dia 6 de abril, junto com o ATL nacional, foi realizado na terra indígena Araçá, comunidade indígena Mangueira, na região de Amajari. A escolha do local, bem como do tema do encontro, “Quem matou Gabriel? Mexeu com um, mexeu com todos”, decorre da morte ainda não explicada de Gabriel Ferreira, jovem liderança do povo Wapichana e comunicador do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

“Estamos realizando essa 6ª edição com um tema que repercutiu nos últimos dias na mídia local e até internacional, que é sobre o Gabriel. A gente decidiu vir para essa localidade, porque é a região onde ele viveu e onde foi assassinado. Por ele estamos aqui”, explica Paulo Ricardo Macuxi, Vice-Tuxaua Geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Em Roraima, a mobilização reuniu cerca de 800 pessoas entre jovens, anciãos, mulheres e homens, lideranças e representantes das regiões do Baixo Cotingo, Serra, Alto Cauamé, Tabaião, Amajari, Wai Wai, Murupu, Serra da Lua, Raposa, Alto Miang e Itacutu. Também estão presentes no



Acampamento Terra Livre Roraima

Foto: Mattia Bezze/Pastoral Indigenista de Roraima

encontro, parceiros e apoiadores da causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Pastoral Indigenista de Roraima.

Todos unidos para fortalecer a luta pela demarcação das terras indígenas (TIs) da região, reivindicar melhorias no acesso à saúde e educação para as comunidades, reafirmar o posicionamento contra as ameaças ambientais e legislativas sofridas nos últimos tempos, além de pedir justiça por Gabriel.

Vozes de Roraima ecoam em Brasília. Segundo a Assessoria de Comunicação do CIR, “paralelamente à manifestação que aconteceu em Amajari, uma comissão formada por 30 lideranças de Roraima participou do 22ª edição do ATL em Brasília”.

Mineradora canadense desmata e avança sobre território reivindicado pelo povo Mura

Com licenças estaduais e negligência do Ibama, empresa ignora os Mura da Terra Indígena Lago do Soares e começa a instalar megaprojeto de mineração de potássio

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A mineradora canadense Potássio do Brasil realizou, nos últimos meses, o desmatamento de áreas localizadas dentro da Terra Indígena (TI) Lago do Soares, reivindicada pelo povo Mura, no município amazonense de Autazes. O território está em fase de estudos de identificação e delimitação pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

As ações, comprovadas por fotos, mapas e imagens de satélite, são parte do megaprojeto de mineração de potássio na região do baixo rio Madeira. Elas iniciaram depois da concessão de Licenças de Instalação à empresa pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o órgão estadual não tem competência para licenciar a atividade devido à dimensão do projeto, à sobreposição com a TI em estudo e aos impactos em outras terras indígenas da região.

Apesar disso, entre abril e agosto de 2024, o Ipaam concedeu ao menos sete licenças de instalação à mineradora, autorizando um conjunto de obras e a instalação de uma mina subterrânea para extração de silvinita, rocha utilizada na produção de sais de potássio, insumo largamente utilizado pelo agronegócio.

As obras avançam em meio a denúncias de coação, ameaças, fraudes e ausência de consulta aos indígenas, relatadas pelo povo Mura, além da pressão política para liberar a mineração em terras indígenas.

Enquanto a demarcação reivindicada há mais de duas décadas pelos indígenas não sai, a multinacional dá início à instalação de um empreendimento de grande impacto num território central para o debate sobre mineração em terras indígenas no Brasil.

Imagens do satélite Sentinel-2, do programa europeu Copernicus, evidenciam alterações numa área de cerca de 61 hectares que, segundo as lideranças do povo Mura, estão totalmente sobrepostas ao território indígena reivindicado. As áreas correspondem às coordenadas que, na Licença de Instalação concedida pelo Ipaam, abrigarão a planta industrial para o processamento do minério, a mina para lavra subterrânea, áreas de canteiro de obras e pilhas de rejeitos e de solo orgânico.

As alterações foram identificadas comparando imagens obtidas pelo satélite em 16 de abril de 2025 e 2 de março de 2026, e parte delas se sobrepõe, também, às áreas em que a empresa obteve do Ipaam autorização para supressão de vegetação nativa. Em dezembro de 2025, lideranças do povo Mura foram ao local onde será instalada a planta industrial e comprovaram a devastação do local.



Com licença de instalação do Ipaam, empresa Potássio do Brasil desmata áreas dentro da TI Lago do Soares, do povo Mura, em estudo pela Funai, como mostra foto aérea de dezembro de 2025

“Eram áreas de mata primária e também algumas partes de mata secundária”, explica Filipe Gabriel Mura, tuxaua da comunidade de Soares, diretamente impactada pelo empreendimento.

“Olhando o mapa de cima, não parece que é muita coisa. Mas quando a gente está lá, a gente consegue ver o tamanho de tudo e perceber que cabem duas da nossa comunidade dentro dessa área”, afirma.

Em materiais de divulgação, a Potássio do Brasil afirma que o projeto seria instalado “em áreas tradicionalmente ocupadas por pastagens”, sem necessidade de “supressão de vegetação nativa de floresta tropical”.

Filipe Gabriel Mura, no entanto, contesta a afirmação e diz que a área derrubada pela empresa incluía áreas de vegetação nativa e árvores frutíferas. E, sobretudo, conta que o povo Mura já tinha um destino para essa parte de seu território – que, neste exato momento, é devastado pela multinacional canadense com autorização do órgão ambiental do estado do Amazonas.

“Então, a gente vê o desmatamento dentro da terra indígena como uma violação grave. É um desrespeito ao nosso direito e à nossa luta”, afirma.

Como a Funai ainda não publicou a delimitação oficial da TI Lago do Soares, a empresa afirma que o empreendimento não se sobrepõe diretamente a terras indígenas. A posição é reproduzida pelo Ipaam e pelo Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

“Eles dizem que não é no território indígena porque não fica dentro da vila principal, só que tudo ali faz parte da comunidade”, contesta a liderança. “A mina fica a menos de dois quilômetros da concentração de moradias. Nós ficamos revoltados pelo fato de tentarem nos apagar, apagar nossa identidade”.

Falta de transparência e fracionamento de licenças

Em 2024 e 2025, a empresa obteve do Ipaam cinco autorizações de Supressão Vegetal que permitiram desmatamento de 257 hectares sobrepostos ao território reivindicado.

Uma das principais críticas ao processo de licenciamento é que a real dimensão do empreendimento é de uma escala muitas vezes maior do que aparece nas licenças emitidas para estruturas da superfície, dado que se trata de um projeto de exploração de jazidas subterrâneas.

“O empreendimento não tem sido muito claro quanto aos seus impactos territoriais, nem sobre qual seria o seu alcance real”, critica Francisc Comelles, integrante do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Norte 1. “Tudo está vindo muito fracionado, como se fosse uma coisa separada da outra”.

A falta de informações sobre o impacto sistêmico do projeto é questionada também pelo MPF em ações judiciais.

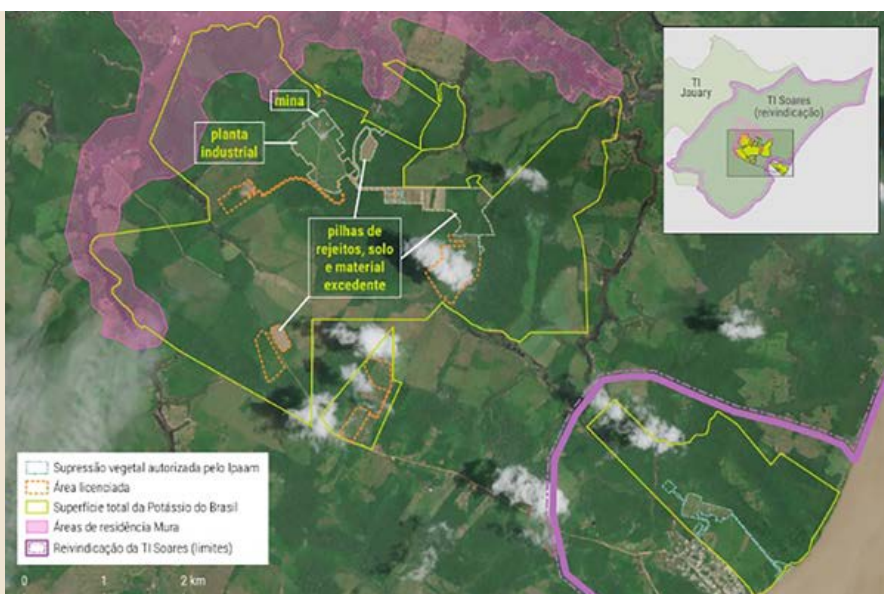
No Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a empresa afirma que pretende explorar as jazidas em Autazes por 31 anos, ao longo dos quais é prevista a extração de 227 milhões de toneladas de minério bruto. Esse volume resultará em 61,7 milhões de toneladas de potássio e 165,3 milhões de toneladas de rejeitos, entre cloreto de sódio (sal de cozinha), que poderá ser comercializado, e outras sobras “insolúveis”. O volume total de rejeitos será cinco vezes maior do que o despejado pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

O EIA reconhece o risco de salinização das águas próximas ao empreendimento. O Relatório de Impacto Ambiental admite “a possibilidade de águas com grande teor de sal infiltrar nos aquíferos rasos próximos à área da planta alterando a qualidade dessas águas”.

A comunidade de Soares fica numa região de várzea e muitas moradias indígenas são flutuantes. Sua vida está diretamente ligada à sazonalidade dos rios Madeira e Amazonas, de seus afluentes e do próprio lago que dá nome à aldeia. A degradação da qualidade da água pode significar um risco à sobrevivência dos Mura na região.

“No Amazonas chove muito. Agora, imagine essa chuva toda atingindo pilhas de sal a céu aberto, numa área de

Imagens do satélite Sentinel 2 evidenciam alterações na área do projeto Potássio Autazes entre abril de 2025 e março de 2026. Licenças de instalação e de supressão da vegetação nativa fornecidas pelo Ipaam ignoraram território Mura, em estudo pela Funai. Fontes: Copernicus/Sentinel 2, IPAAM • Limites da reivindicação da TI Soares e áreas de moradia da comunidade de Soares: Cimi Regional Norte 1, 2016, povo Mura, 2026. Áreas do empreendimento: LI 047/2024/IPAAM e ASVs 066/2024, 071/2024, 072/2024, 109/2024, 112/2024



várzea, em plena floresta amazônica?”, questiona o tuxaua Filipe Gabriel.

“Os impactos negativos têm sido demonstrados pelo próprio estudo de impacto ambiental, mesmo com suas limitações. Eles reconhecem esses impactos para a fauna, a flora, a vida das populações, mas os menosprezam frente aos supostos benefícios econômicos”, pontua Comelles.

“Pedimos que a sociedade toda preste mais atenção, principalmente no Amazonas. No momento em que salinizar a água, pode atingir a todos”, alerta o tuxaua de Soares.

Quebra-cabeças

Em um informe técnico de abril de 2023, a empresa Potássio do Brasil afirma que pretende adquirir 42 propriedades para o projeto e que já havia adquirido 24 imóveis, com área total de 1.523,31 hectares. As autorizações de supressão de vegetação obtidas pela Potássio do Brasil em 2024 e 2025 registram 17 Cadastros Ambientais Rurais (CAR), que totalizam uma área de 2,1 mil hectares sobrepostos ao território reivindicado pelos Mura.

Um levantamento do Cimi Regional Norte 1 aponta que as jazidas subterrâneas do projeto Potássio Autazes, divulgada em mapas e relatórios produzidos pela própria empresa, abrangem uma área aproximada de 4,4 mil hectares também totalmente sobrepostos ao território Mura – inclusive aos locais de moradia dos indígenas, também mapeados pelo regional.

Mas mesmo essa área, já vinte vezes maior do que a mencionada nas licenças do Ipaam, é apenas uma fração dos interesses da empresa na região. A principal licença de instalação fornecida pelo Ipaam faz referência a um processo minerário registrado na Agência Nacional de Mineração (ANM) com uma área de 8 mil hectares, que se encontra na fase de requerimento de lavra. A fase seguinte é a concessão de lavra, quando o requerente obtém o título para a exploração minerária do local.

Este processo, no entanto, também é apenas uma parte do quebra-cabeças. Ele é um dos 123 requerimentos da empresa à ANM para exploração de minério de alumínio, bauxita e sais de potássio em municípios do baixo rio Madeira e baixo rio Amazonas, que somam um total de 795,3 mil hectares.

Apenas em Autazes, a empresa protocolou 24 requerimentos para exploração de potássio, que somam 167,6 mil hectares – parte deles sobrepostos à TI Jauary, também do povo Mura, delimitada pela Funai em 2012. A empresa também possui quatro requerimentos para exploração de bauxita sobrepostos à TI Capivara, também do povo Mura, que somam 39 mil hectares.

Duas décadas esperando a demarcação

A reivindicação da demarcação da TI Lago do Soares foi apresentada pelos Mura à Funai em 2003. Em função da abrangência dos impactos do projeto Potássio Autazes, incompatíveis com o licenciamento estadual, da falta de consulta aos indígenas e da demora da Funai em iniciar os estudos para a demarcação da terra Mura, o MPF do Amazonas ingressou com duas Ações Cíveis Públicas (ACPs), em 2016 e 2022.

As ações buscavam garantir o licenciamento federal, a encargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e obrigar a Funai a concluir os estudos de identificação e delimitação da TI Lago do Soares.

Ambas obtiveram decisões favoráveis na Justiça Federal do Amazonas em 2022 e em 2023. As decisões, porém, foram suspensas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), após recursos da Potássio do Brasil e da Funai, ainda sob o governo Bolsonaro.

“Fizemos o pedido mais básico que existe: solicitamos apenas que a Funai estudasse a reivindicação e publicasse o relatório de identificação e delimitação”, explica Fernando Merloto, procurador da República no Amazonas e autor das ações. “Se não for um território indígena, o estudo vai falar que não é. É simples assim. E, se a mineração estiver em cima, não pode”.

Em 2023, já sob a gestão de Joenia Wapichana, a Funai finalmente criou o Grupo Técnico (GT) multidisciplinar responsável pelos estudos do território Mura de Soares.

Vinte anos depois do pedido inicial, porém, o cenário já era bastante distinto: com as decisões do TRF-1, a Potássio do

Brasil avançava com o licenciamento estadual e os Mura agora estavam no centro de uma disputa nacional, sob pressão de grandes grupos econômicos interessados em liberar a mineração em terras indígenas.

A demora custou caro aos Mura, que se viram divididos pela enorme pressão. A comunidade de Urucurituba, inicialmente incluída na mesma reivindicação territorial, e o Conselho Indígena Mura (CIM), um dos autores do pedido à Funai, mudaram de lado e passaram a apoiar o empreendimento.

“A primeira coisa que aconteceu foi a divisão do nosso povo”, lamenta Ana Cláudia Mura, presidente da Organização de Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea (OLIMCV) – que permanece ao lado da comunidade de Soares. “Ela foi cooptando as nossas lideranças. Os não indígenas vêm dizendo: vou levar melhoria para a tua comunidade, vai ter educação de qualidade, saúde. Eles estão enganando o nosso povo”.



Ibama e governo Lula lavam as mãos

O MPF aponta diversas falhas e irregularidades nas licenças obtidas pela Potássio do Brasil, mas todas elas convergem para um ponto central: o licenciamento deve ser feito pelo Ibama, e não pelo Ipaam, devido aos impactos sobre ao menos três territórios indígenas.

Esse pedido foi reforçado pelo MPF em uma nova ação, em maio de 2024, que solicitou à Justiça Federal do Amazonas a suspensão urgente das licenças de instalação concedidas pelo instituto estadual. Apesar do pedido de urgência, a ação aguarda por uma decisão há quase dois anos.

Além de se sobrepor totalmente à TI Lago do Soares, em processo de delimitação, o empreendimento afeta outras duas TIs do povo Mura em Autazes: a TI Jauary, delimitada, e a TI Paracuhuba, regularizada, que ficam a poucos quilômetros da planta industrial que a Potássio já começou a instalar. Os limites das jazidas subterrâneas margeiam a TI Jauary.

Diferente da Funai, o Ibama manteve, sob o governo Lula, a mesma posição que adotava sob o governo Bolsonaro. O órgão ambiental nega que tenha competência para assumir o licenciamento do Projeto Autazes.

Em manifestação à Justiça Federal em fevereiro de 2024, o Ibama afirma que “sua competência só ocorre quando o empreendimento está localizado sobre Terra Indígena”, mas a sobreposição do projeto com a TI Lago do Soares também já foi comprovada pela Funai.

O Ibama alega que, sem a delimitação, “não há como se aferir a localização do empreendimento sobre a Terra Indígena Soares”. O procurador do MPF no Amazonas, porém, considera este argumento falho e avalia que o Ibama já tem elementos para assumir o licenciamento.

“A Constituição Federal garante que o território indígena é indígena independente da demarcação. Para fins jurídicos, a demarcação é como o registro de nascimento de uma criança. Se ela não tem certidão de nascimento, não quer dizer que não existe. A demarcação é a mesma coisa, ela é declaratória”, explica o procurador.

O MPF também questiona as falhas e o fracionamento das licenças que vêm sendo emitidas pelo Ipaam. “As perícias do MPF identificaram graves riscos ambientais. É uma bomba gigantesca que está avançando. Uma licença dessas precisa ter o estudo de impacto sinérgico, tudo que está acontecendo ali faz parte de um único empreendimento”, diz Merloto.

Guerra na Ucrânia, destruição em Autazes

Em fevereiro de 2022, o início da guerra entre Rússia e Ucrânia alarmou o setor do agronegócio, amplamente dependente da importação de fertilizantes industriais. Entre os insumos mais utilizados, os chamados “sais de potássio” têm Rússia e Bielorrússia entre seus principais fornecedores.

O receio com os impactos da guerra foi utilizado como justificativa pela bancada ruralista e pela base do governo Bolsonaro, aliados ao lobby da mineração, para requisitar urgência na tramitação do Projeto de Lei (PL) 191/2020, que pretende liberar a mineração em terras indígenas.

A exploração de potássio em Autazes passou a ser citada pelo próprio ex-presidente e pela então ministra da Agricultura, Tereza Cristina, como solução para a crise, ignorando os indígenas. Posição semelhante é adotada pelo atual vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) já apontaram em estudo que a maior parte das reservas de potássio do Brasil se encontra fora de terras indígenas e em outros estados, como São Paulo e Sergipe.

Alternativas tecnológicas ambientalmente mais sustentáveis, como a rochagem, também foram apontadas por pesquisadores como caminho para diminuir a dependência de fertilizantes importados.

Apesar do discurso de soberania nacional, o projeto de mineração em Autazes envolve interesses de grandes grupos econômicos internacionais. A empresa Potássio do Brasil é, na verdade, a subsidiária local da empresa Brazil Potash, sediada no Canadá e com capital aberto na bolsa de valores de Nova York desde 2024.

Conforme apontou levantamento da Repórter Brasil, entre as 28 instituições financeiras que detêm ações da empresa estão alguns dos maiores bancos de investimento do mundo, como o banco suíço UBS (Union Bank of Switzerland) e os estadunidenses Morgan Stanley, Rockefeller Capital Management e Goldman Sachs.

Os maiores acionistas da Brazil Potash são as gestoras CD Capital, britânica, e Sentient, registrada nas Ilhas Cayman, além do bilionário canadense Stan Bharti. Juntos, eles detêm mais da metade das ações da empresa negociadas na bolsa de Nova York.

Entre os investidores locais da Brazil Potash, destacam-se, segundo o MPF, os grupos Bemol, dono de uma rede varejista no Amazonas, e Simões, que fabrica e distribui Coca-Cola para estados do norte do país.

“90% de aprovação”

Em novembro de 2023, o então presidente da Potássio do Brasil, Adriano Espescht, afirmou em audiência pública no Senado que a empresa consultou o povo Mura sobre o projeto de exploração de potássio em Autazes e obteve “mais de 90% de aprovação pelas mais de 34 aldeias presentes na assembleia geral realizada no final de setembro” daquele ano.

A afirmação, contudo, é contestada pela OLIMCV, pela comunidade Mura de Soares e pelo MPF. Segundo as organizações Mura que divergem do CIM, o que a empresa chama de “consulta” não seguiu o protocolo de consulta livre, prévia e informada aprovado pelo povo em 2019. O documento estabelece uma série de passos para que uma consulta seja considerada válida e determina que todas as aldeias sejam ouvidas.

Segundo manifestação da OLIMCV e da comunidade Lago do Soares à Justiça, a consulta alegada pela empresa envolveu fraudes, cooptação das lideranças, utilização de assinaturas irregulares, silenciamento de opiniões contrárias e, inclusive, transações bancárias realizadas para cooptar lideranças. E, ainda mais grave, a comunidade de Soares, diretamente impactada pelo empreendimento, não foi sequer ouvida.

O Ipaam, o Ibama e a empresa Potássio do Brasil foram questionados pela reportagem, mas não responderam até a publicação da matéria. O espaço permanece aberto, caso queiram se manifestar.

Memória, fé e justiça: a páscoa de Vicente Cañas na terra indígena Enawenê Nawê

A história de um dos maiores símbolos da missão junto aos povos indígenas no Brasil ganhou um desfecho concreto após quase 40 anos: o sepultamento dos restos mortais de Vicente Cañas (Kiwxi) no território Enawenê Nawê, onde viveu, lutou e foi assassinado

Por **Pe. Renan Dantas**, da Diocese de Juína

Entre os dias 5 e 11 de abril de 2026, o povo Enawenê-Nawê acolheu em seu território familiares espanhóis de Vicente Cañas e representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Operação Amazônia Nativa (Opan), da Companhia de Jesus, da Diocese de Juína e do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT/Campus Juína) em uma missão para celebrar a Páscoa de Vicente Cañas, Kiwxi, com o sepultamento de sua calota craniana na Terra Indígena Enawenê-Nawê, no noroeste de Mato Grosso. Foi naquele território que o missionário viveu junto ao povo Enawenê-Nawê, testemunhou sua fé e entregou a própria vida na defesa dos direitos indígenas.

Para o missionário Sebastião Carlos Moreira, do Cimi Regional Mato Grosso, a cerimônia representou o encerramento de um ciclo marcado por quase quatro décadas de luta por memória e justiça. Vicente Cañas foi assassinado em 1987 por sua atuação na defesa do território Enawenê Nawê, povo com quem escolheu viver. “Fica seu legado de determinação, coragem e compromisso com a causa indígena. Para quem acompanhou essa história de perto, permanece também a certeza de que a luta vale a pena e de que desistir nunca é uma opção”, afirmou.

Uma vida que se fez missão

Nascido na Espanha, Vicente Cañas ingressou na Companhia de Jesus ainda jovem e chegou ao Brasil na década de 1970. Em 1974, participou do primeiro contato com o povo Enawenê Nawê, ao lado de Tomás Lisboa.

A partir desse encontro, sua vida tomou um rumo definitivo. Vicente optou por um caminho de profunda inculturação: aprendeu a língua, assumiu o modo de vida do povo e passou a partilhar integralmente seu cotidiano. Foi o povo Myky que lhe deu o nome de Kiwxi — “aquele que se doa por inteiro”. Seu primeiro contato com esse povo ocorreu ao lado de Tomás Lisboa, experiência que marcou profundamente sua missão. Para os Enawenê Nawê, Vicente é reconhecido como alguém que integra o mundo espiritual e cósmico do povo, mantendo viva sua presença na memória e na espiritualidade da comunidade.

O povo Enawenê Nawê

Habitantes da região do rio Juruena, os Enawenê Nawê são reconhecidos por sua forte organização comunitária e por uma cultura profundamente estruturada a partir dos ritos. Sua subsistência está centrada na pesca coletiva, atividade que ultrapassa o campo alimentar e assume dimensão espiritual.

Seus rituais, especialmente ligados ao ciclo das águas, organizam a vida social e expressam uma compreensão cosmológica na qual o mundo visível e o invisível se interligam. Foi nesse universo que Kiwxi se inseriu de maneira radical, se doando por inteiro ao povo.



Foto Pe. Renan Dantas

Um passo na longa travessia da memória

A missão teve início com a saída da equipe da cúria da Diocese de Juína em direção à Terra Indígena Enawenê Nawê, localizada no noroeste de Mato Grosso. O acesso principal se dá pela BR-174, a partir de Juína, percorrendo mais de 150 quilômetros de estradas de terra. Situada na bacia dos rios Juruena e Iquê, a área abrange partes do município de Juína e regiões adjacentes, configurando-se como um território de grande relevância ambiental, cultural e espiritual.

Após aproximadamente três horas de viagem por estradas de terra, o grupo chegou ao território do povo Enawenê Nawê, sendo acolhido em um ambiente marcado pela riqueza cultural e pela profunda ligação com a natureza.

O primeiro dia foi vivido na acolhida do povo indígena Enawenê Nawê. Em um clima de profundo respeito e escuta mútua, os missionários e participantes tiveram a oportunidade de se aproximar da realidade local, ouvir atentamente as lideranças, compreender seus anseios e partilhar momentos significativos da vida comunitária, mergulhando na riqueza cultural e espiritual do povo.

Houve também a participação em ritos tradicionais, que expressam a espiritualidade do povo e sua relação com o território, com a natureza e com o mundo espiritual. Esses momentos foram fundamentais para situar a missão não apenas como um evento pontual, mas como parte de um caminho de convivência, escuta e respeito construído ao longo dos anos.

Durante esse primeiro momento, foi também apresentado aos indígenas o significado da missão: um gesto importante para a Igreja, para os organismos missionários e, sobretudo, para o próprio povo Enawenê Nawê. Explicou-se o sentido

do sepultamento da calota craniana de Vicente Cañas (Kiwxi) como um passo dentro de um caminho maior — um sinal de memória, de busca por justiça e de reafirmação dos vínculos — que não encerra a história, mas a mantém viva e em continuidade.

O segundo dia da missão foi marcado por um dos momentos mais significativos: a ida até o local do martírio de Vicente Cañas.

A equipe seguiu por uma viagem de aproximadamente seis horas de barco pelos rios da região. O percurso, longo e silencioso, foi vivido como um tempo de interiorização e preparação para o que seria encontrado ao final do trajeto. Ao chegar ao local onde Vicente viveu seus últimos dias — uma área que servia como

ponto de parada antes do retorno à aldeia, como forma de proteção sanitária — todos foram tomados por um profundo sentimento de reverência. Ali, onde sua vida foi interrompida, realizou-se um momento intenso de espiritualidade, memória e escuta.

Partilharam-se relatos, recordações e experiências de quem conheceu de perto aquela realidade. O lugar deixou de ser apenas um ponto geográfico para se tornar um espaço de memória viva, carregado de significado histórico e espiritual.

Foi nesse local que se realizou o gesto central da missão. Foram sepultados os pertences de Vicente — sua maleta, o rosário, sua faca e seus documentos — juntamente com a calota craniana, que por décadas permaneceu separada. Os Enawenê Nawê realizaram seus rituais de despedida conforme sua tradição, integrando esse momento ao seu modo próprio de compreender a vida, a morte e a continuidade espiritual, em um gesto que reafirma a memória e mantém viva a ligação entre o passado e o presente.

O momento foi permeado por intensa comoção. O silêncio, o choro e os gestos de reverência expressaram a profundidade daquele instante. Familiares, missionários e indígenas partilharam uma mesma experiência: a de estar diante de um momento significativo de uma história que atravessa gerações, mantendo viva sua memória e seu sentido ao longo do tempo.

O bispo da Diocese de Juína, Dom Neri José Tondello, destacou a importância do momento: “Este é um momento histórico para a nossa Diocese. Estamos encerrando uma história que permaneceu aberta por muitos anos, mas também reafirmando o compromisso da Igreja com os povos indígenas.”

A assessora jurídica do Cimi, Dra. Caroline Hilgert, ressaltou o significado do sepultamento: “Durante muitos anos, a calota craniana foi uma prova essencial do assassinato. Hoje, ela retorna à terra, permitindo que essa história se complete.”

O padre jesuíta, doutor em antropologia e professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Pe. Aloir Pacini, destacou: “Este momento não é apenas memória. Ele continua a nos interpelar como Igreja e como sociedade.”

Durante a missão, o professor doutorando Josemir Paiva Rocha, do IFMT – Campus Juína, destacou a relevância do momento vivido e da parceria construída entre as instituições:

“Estar aqui é uma experiência profundamente marcante, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas humano e espiritual. Viver este momento junto ao povo Enawenê Nawê nos permite compreender, de forma concreta, a riqueza de sua cultura e a importância da preservação de seus territórios. Essa parceria entre o IFMT e as instituições missionárias fortalece o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, contribuindo para uma atuação mais sensível, responsável e comprometida com a vida e com a Amazônia.”



Foto Pe. Renan Dantas

A voz da família: memória, afeto e presença

A presença dos familiares vindos da Espanha trouxe à missão uma dimensão profundamente humana, revelando aspectos íntimos da vida de Vicente. O testemunho de José Antonio Cañas Sánchez recorda a simplicidade do tio missionário: “As cartas eram poucas, mas muito esperadas. Eram escritas à mão, em papel fino. Não me recordo da caligrafia, mas lembro da alegria do meu pai ao recebê-las. Vicente era uma pessoa feliz, e isso se percebia em seu rosto e em sua alma.”

Ele descreve o encontro pessoal na infância: “Eu ia buscá-lo e caminhávamos juntos. Ele me contava histórias que me encantavam. Para uma criança, aquilo era fascinante. E eu o tinha só para mim naquele momento.”

Outras lembranças revelam um homem próximo e atento: “Ele tinha tempo para todos. Conversava com minha avó, com meu pai, com todos da família. Era alguém profundamente presente.”

Entre os relatos mais marcantes, surge a consciência que Vicente tinha de sua missão: “Lembro claramente de quando ele disse que não voltaria à Espanha, que o matariam por defender os indígenas e suas terras.”



Família de Vicente vindos da Espanha

Foto: Pe. Renan Dantas

A família também recorda os registros que Vicente levava consigo: “Ele mostrava imagens, vídeos, gravações. Era a forma que encontrava de nos fazer conhecer aquele povo, sua vida, seus ritos. Era como se nos levasse até lá.”

Com o passar dos anos, a compreensão sobre quem foi Vicente se aprofundou: “Depois de sua morte, fomos entendendo melhor sua história. Ele não apenas viveu entre os indígenas – ele se tornou um deles. Foi adotado, assumiu sua cultura, sua vida.”

O testemunho ganha ainda uma dimensão espiritual: “Hoje sentimos sua presença. Kiwixi está conosco. Nos protege, nos guia. Ele nunca deixou de estar presente.”

Outro elemento que marcou a família foi a percepção pública de sua grandeza: “Foi ao ver uma reportagem sobre Dom Pedro Casaldàliga, onde aparecia a imagem de Vicente, que compreendemos a dimensão da pessoa que ele foi.”

Para a Diocese de Juína, encerra-se uma história – e reafirma-se um compromisso. Vicente Cañas (Kiwixi) está na terra. E sua missão permanece viva.

“O sangue dos mártires é a semente dos cristãos” (Tertuliano, Apologético, 50,13). Com esta frase de Tertuliano recordamos um dos grandes dons da Igreja: o martírio

Memória viva de Kiwixi

Pe. Vanildo, S.J.,
 jesuíta e missionário do Cimi/Regional Norte I

“O sepultamento não foi somente um momento simbólico, mas um chamado à memória, à responsabilidade e à ação. Para o povo Enawenê Nawê, a história do primeiro contato com o Ir. Vicente, também conhecido como Kiwixi, permanece viva até hoje. De geração em geração, seu testemunho é lembrado como um exemplo de luta a ser seguido, expressão de solidariedade e inculturação que nos faz pensar na fidelidade à missão até o fim.

Pois, se fosse pelo risco e pelas mortes, há muito tempo não sealaria mais em luta pelo direito originário à terra indígena neste país. Porque, toda vez que alguém se levantou, foi atacado a ferro e fogo. O martírio de Kiwixi pela causa indígena será sempre lembrado.

Como missionário jesuíta e membro do Cimi, carrego a missão de defender seu legado em um momento crucial para os direitos indígenas no Brasil. A luta indígena hoje é concreta e urgente. É contra o garimpo ilegal, que contamina os rios e ameaça povos inteiros. É contra a grilagem, o desmatamento e a exploração predatória. É contra os assassinatos de defensores dos direitos humanos. É contra teses e projetos que tentam reescrever a Constituição, como o chamado marco temporal, que ignora expulsões forçadas, massacres e a própria história do país. Voltar ao local do sepultamento de Kiwixi nos faz perceber que muito dos seus ideais seguem vivos entre os missionários do Cimi”.

Rosa Pardo Cañas,
 sobrinha de Vicente Cañas

“Me sinto profundamente privilegiada por ter vivido essa experiência única. Entrar no território Enawenê Nawê para celebrar o sepultamento do meu tio, depois de tantos anos, e cumprir seu desejo foi uma honra excepcional. Compartilhar seu modo de vida, presenciar seus rituais, conversar e percorrer o território com eles equivale a viajar no tempo. É uma oportunidade que poucas pessoas no mundo podem ter.

É profundamente admirável conhecer pessoas que consagram suas vidas à proteção dos mais vulneráveis com amor incondicional e uma coragem rara nos dias de hoje. Contemplar as crianças Enawenê na escola, recebendo formação acadêmica enquanto preservam sua cultura ancestral, me trouxe uma imensa alegria. Em um mundo polarizado e marcado pela ganância, ainda existe esperança. Os Enawenê Nawê são verdadeiros guardiões da floresta”.

María Cañas,
 sobrinha de Vicente Cañas

“A viagem ao Brasil significou encerrar um processo que permaneceu aberto por 39 anos. Foi algo emocionante, triste e enriquecedor. Pude conhecer o mundo em que meu



Entre o rádio, os remédios e o combustível, o barraco de Vicente permanece como testemunha silenciosa de um assassinato

Foto: Pe. Renan Dantas

tio vivia e encontrar pessoas que, como ele, trabalham pela justiça. Também pude compartilhar com os Enawenê Nawê aspectos do seu cotidiano.

A relação direta, prática e respeitosa deles com a natureza. Senti que são pessoas muito livres, vitais e alegres, que dominam a vida na floresta.

Também me pergunto quantas dificuldades, discriminações, perigos e ameaças enfrentam simplesmente por serem indígenas.

O que mais me marcou foram os risos das crianças... e a sensação de que o processo físico e burocrático do meu tio terminou, mas continua agora um outro processo, espiritual, que segue inspirando e guiando outras pessoas.”

Angelita,
 sobrinha de Vicente Cañas

“O sentimento que fica é imenso, uma saudade profunda desses dias tão bonitos vividos com os Enawenê. Eles nos acolheram como sobrinhas de Kiwixi. Acordávamos às quatro da manhã para participar das danças, entrávamos nas malocas como Kiwixi fazia, junto às famílias deles, e tudo fazia com que nos sentíssemos parte daquele povo. Isso é algo que agora carregarei dentro do coração”.

Mercedes,
 esposa do sobrinho de Vicente Cañas

“Desde a chegada ao Brasil, tudo foi uma sequência de sensações e emoções. A acolhida em Cuiabá pelos jesuítas, ver os pertences de Vicente Cañas, ver a parte de seu crânio que seria depositada junto aos seus restos mortais. A participação na celebração da Páscoa. A viagem noturna de ônibus até Juína e o despertar atônito ao amanhecer, vendo a floresta rasgada.

Depois veio a acolhida em Juína, cheia de abraços, e a preparação para a viagem até a aldeia dos Enawenê

por algumas pedras. Foi um choque, uma sensação eletrizante, percorrer aquele pequeno caminho entre o rio e a barraca. E ali estava ela: a pequena barraca azul.

Ao chegar à porta, fui tomada por uma sensação de estar pisando em um lugar sagrado, um sentimento de respeito e acolhimento, como quando entro em um templo.

Ao entardecer, abri o envelope que Pep, meu marido, havia me entregue com o texto que eu deveria ler: uma carta para seu tio Kiwixi. Reunidos ao redor das pedras, começou a celebração, profundamente emocionante. Depois dos relatos das primas Rosa, María e Angelina, chegou minha vez. Eu sentia tanta emoção que já não era minha voz, era a voz de Pep. Em vários momentos, as palavras ficaram presas na garganta. Eu sentia Kiwixi ali, diante de mim, como se estivéssemos frente a frente.

Quando sua família Enawenê Nawê abriu a sepultura, não sei explicar a emoção que senti, porque no momento em que tentamos colocar em palavras, tudo se torna pequeno diante do que realmente foi vivido. Mas foi quando sua família depositou seus pertences junto aos restos mortais que comecei a sentir paz. Naquele instante, senti que tudo estava em seu devido lugar. Era como se céu – aquele céu perfeito, cheio de estrelas – e terra se encontrassem.

Na manhã seguinte, deposei as cinzas de Alfonso, irmão de Vicente e pai de Pep e Miguel Ángel - cinzas que me foram entregues com o pedido de que as colocasse junto ao irmão.

Minha experiência com a família Enawenê Nawê foi impressionante. Poder estar com eles em seus rituais, segurar a mão da mãe de Kiwixi e sentir que ela não soltava a minha, ver suas mãos acariciando nossos rostos, o meu e o das primas, enquanto nos sorria com aquele rosto tão bonito. Ver os rostos alegres das crianças e a curiosidade delas ao tocar meus cabelos brancos. Eu me apaixonei por todos eles. Obrigada, mil vezes obrigada, por essa experiência maravilhosa.”

Anistia: 43 anos depois, o Estado que calou Marçal agora pede desculpas

Comissão de Anistia reconhece, por unanimidade, a perseguição política sofrida pelo cacique Guarani Nandeva e concede reparação à família mais de quatro décadas após seu assassinato a mando de fazendeiros e conivência do Estado

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Meu pai lutava não apenas pelo povo indígena, mas por todos aqueles que são alienados de sua cidadania", afirmou Édina Silva de Souza, filha de Marçal de Souza Tupã'i, durante sessão da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Entre os dias 25 e 27 de março, em Brasília, a Comissão apreciou 146 pedidos de reconhecimento de anistia política relacionados a violações cometidas durante a ditadura militar brasileira (1964–1985). Entre eles, o de Marçal.

A decisão, unânime, chega 43 anos após o assassinato do cacique Guarani Nandeva, ocorrido em 25 de novembro de 1983, em meio à sua atuação pela demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul.

Édina evocou as próprias palavras do pai para situar o significado daquele momento: "O mundo indígena hoje é visto como um mundo obscuro, mas neste mundo obscuro, na cosmovisão do povo indígena, existem pontos brilhantes e esses pontos são as pessoas que de uma certa forma têm a mesma sensibilidade do patamar da sensibilidade indígena. Por isso vocês estão aqui. Vocês são esses pontos brilhantes. Ele lutou por isso até a morte e ele sabia: 'Eu sou uma pessoa marcada para morrer, mas por uma causa justa a gente morre.' E ele morreu pelo seu povo."

A ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, foi direta ao reconhecer a responsabilidade do Estado: "O Brasil falhou! O caso de Marçal é um símbolo da violência brutal que tentou calar vozes indígenas, mas também um símbolo de resistência. Este país foi fundado sob violência, mas também sob resistência. A resistência indígena não é um capítulo secundário da nossa história. Ela é central, estruturante e permanente." E foi além: "Em nome do Estado brasileiro peço desculpas aos seus parentes pelas atrocidades que lhes causou o Estado ditatorial."

A anistia política post mortem foi concedida com base na lei que repara pessoas atingidas por atos de exceção com motivação política entre 1946 e 1988. O pedido foi encaminhado em 2023 pela família de Marçal em conjunto com o Ministério Público Federal. O parecer técnico que embasou a decisão registra que Marçal era técnico de enfermagem e servidor do quadro funcional da Funai, alvo de vigilância desde 1971 e punido com transferências forçadas a título de punição, conforme registrado em ofício de fevereiro de 1983. Com a decisão, a União admite responsabilidade pelas violações cometidas e concede reparação econômica aos familiares no valor de R\$ 100 mil – teto estabelecido pela legislação vigente para reparações desta natureza.



Família de Marçal durante sessão da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Marçal de Souza em encontro com o Papa João Paulo II, em Manaus, em 1980

O procurador da República Marco Antônio Delfino, que acompanhou o processo, revelou a dimensão da vigilância imposta a Marçal: "Ele foi permanentemente monitorado. Até na missa de sétimo dia, após sua morte, todas as falas foram transcritas pelo Serviço Nacional de Informação." E resume a contradição central do caso: "É importante o reconhecimento histórico e a reparação à família, especialmente pelo fato de que ele era servidor da Funai. Isso também mostra o descaso que o Estado teve com sua proteção. O mesmo Estado que monitorava o Marçal foi incapaz de protegê-lo". O procurador fez as falas durante o evento de memória do assassinato de Marçal em novembro de 2024, quando realizou o ato de entrega ao executivo do pedido de anistia política para o cacique.

Ao encerrar a sessão da Comissão da Anistia, a ministra Macaé Evaristo cobrou que o reconhecimento se traduza em compromisso concreto: "Não tem democracia possível sem memória, não há justiça possível sem verdade e não há futuro possível enquanto persistir o apagamento da história dos povos indígenas. O direito à memória, à verdade e à

justiça não é uma abstração. É uma obrigação concreta do Estado brasileiro. Não há Brasil sem os povos indígenas." E foi enfática: a reparação histórica deve estar associada à construção de políticas públicas capazes de evitar que as violações se repitam. "A não repetição não é uma promessa vazia. É um compromisso do Estado democrático com tudo aquilo que ele não pode voltar a ser".

Pequeno Tupã, o "subversivo"

Marçal, no batismo Guarani, recebeu o nome Tupã'i – pequeno Tupã, divindade mitológica que, "ao se mover pelo céu, troveja e relampeja", como registra Bartomeu Meliá em A experiência religiosa Guarani.

Nascido em 24 de dezembro de 1920, na região de Ponta Porã (MS), foi uma das principais lideranças indígenas do país nas décadas de 1970 e 1980. Atuou na defesa dos direitos territoriais, denunciou violências contra os povos indígenas e teve papel decisivo na articulação do movimento indígena nacional, incluindo a organização da União das Nações Indígenas. Paulo Suess, assessor teológico do Cimi, traçou um paralelo que diz muito sobre sua trajetória: "Marçal nasceu na véspera da festa na qual os cristãos do mundo inteiro comemoram a encarnação de seu fundador, Jesus de Nazaré. Ambos viveram de teimosia, na contramão do sistema, pela denúncia, defendendo um reino de justiça e verdade. Ambos morreram martirizados, testemunhas desse reino com sua palavra e sua vida".

Em 1980, Marçal discursou para o Papa João Paulo II em Manaus, denunciando publicamente a violência contra povos indígenas. Durante a Ditadura Militar, foi alvo de perseguição sistemática, monitorado por órgãos de inteligência e enquadrado como "subversivo".

Em 25 de novembro de 1983, Marçal foi assassinado com cinco tiros à queima-roupa dentro de sua própria casa, na aldeia Campestre, em Bela Vista (MS). O crime foi cometido por dois fazendeiros que ocupavam terras indígenas na região. Ele havia recebido inúmeras ameaças, encaminhadas ao governo – que as ignorou.

A morte de Marçal virou símbolo da violência que o Estado tolerou e, em muitos casos, praticou contra lideranças indígenas, além da resistência histórica dos povos indígenas no Brasil.

Organizações indígenas destacam que, apesar do reconhecimento institucional, persistem conflitos territoriais, ameaças e violações de direitos, indicando que a luta por justiça e garantia de direitos segue em curso. A figura de Marçal segue sendo convocada por lideranças indígenas que travam, hoje, lutas que ele reconheceria: pela terra, pela vida, pelo direito de existir.

"Marçal Tupã'i Guarani, te enterraram com os pés para o nascente; Morto, ainda apontas o caminho da vida, indelével faro, farol da Terra-sem-males, palavra penhorada aos índios sem terra que os tiros de Campestre não calaram", disse Paulo Suess, assessor teológico do Cimi.



filha de Marçal, em homenagem ao pai durante evento realizado em novembro de 2024, com a instalação de um marco de madeira no local onde ficava a antiga casa em que viveu com ele e o restante da família. Hoje, permanecem no espaço a enorme figueira plantada por Marçal – símbolo vivo de sua presença e memória – e, agora, a placa em sua homenagem

